

# PLANO DE AÇÃO DA IACA



2024

janeiro 2024



## Índice

1. Breve análise de 2023 .....	3
1.1. Aspetos Positivos .....	5
1.2. Aspetos Negativos .....	6
2. Ações previstas para 2024 .....	7
2.1. Objetivos .....	8
2.2. Iniciativas Propostas .....	11
2.2.1. Comunicação & Imagem.....	11
2.2.2. Cooperação & Conhecimento .....	11
2.2.3. Legislação.....	13
2.2.4. Inovação e Sustentabilidade.....	14
3. Perspetivas e Desafios.....	15



## 1. Breve análise de 2023

O ano de 2023, tal como o anterior, foi marcado pelas tensões nacionais e internacionais, que nos trouxeram instabilidade e volatilidade, inflação e juros em alta, com consequências nos custos de produção ainda elevados – embora menores que em 2022 – e para além da Guerra da Ucrânia, juntou-se o conflito no Médio-Oriente, cujos danos colaterais, designadamente no Mar Vermelho, condicionam a rota entre a Ásia e a Europa, que representa um ponto de passagem para cerca de 12% do comércio internacional, com impacto na geopolítica global.

Ao longo do ano, a IACA chamou a atenção para situações como o conflito na Ucrânia e as consequências do fim do acordo de cereais do Mar Negro, com o peso crescente das Vias de Solidariedade no fornecimento de produtos à Europa, a seca, a conjuntura da pecuária, o abastecimento de matérias-primas e o funcionamento do mercado, com destaque para a SILOPOR e infraestruturas portuárias, cuja incapacidade de resolução se arrasta pelos sucessivos governos.

Foi devido às nossas intervenções públicas que o País conheceu a verdadeira situação desta infraestrutura de enorme relevância para o Setor e a forma como os decisores políticos lidam com a empresa, em liquidação, e sem possibilidades de fazer investimentos na modernização ou capacidade de armazenagem, sendo um fator de constrangimento em vez de constituir uma vantagem competitiva.

O dossier SILOPOR e as infraestruturas portuárias são hoje, e bem, uma das bandeiras da FIPA e do Agroalimentar, nomeadamente no Conselho Agroalimentar da CIP que, entretanto, se constituiu em 2013.

Apesar das dificuldades e do deficiente funcionamento das operações portuárias, nunca esteve em causa o abastecimento do Setor, tendo existido uma estreita cooperação com a DGAV e entre os operadores da Fileira.

No entanto, o Setor confrontou-se com enormes fragilidades, sobretudo no segundo semestre, sendo mais difícil o planeamento na compra de matérias-primas, devido a uma maior volatilidade, e à quebra de preços dos produtos animais à produção.

Por outro lado, numa situação agravada pela seca e apesar das ajudas, os produtores enfrentam bastantes dificuldades em se manterem no mercado, com sérios riscos de atrasos de pagamentos e de abandono de atividade, assistindo-se já a uma redução de efetivos.

Numa crise económica e social, a que se juntou a do governo e a necessidade de eleições antecipadas para 10 de março de 2024, com um Orçamento de Estado que pode não

responder às necessidades do País, das empresas e das famílias, um PRR que ficou em grande parte por cumprir, Portugal e a União Europeia com eleições para o Parlamento Europeu, receamos que o ano que agora se iniciou – em que as guerras tendem a escalar, com consequências imprevisíveis - seja ainda mais difícil que o de 2023.

Ao nível do mercado da alimentação animal, depois da relativa estabilidade do ano passado, tendo como base a amostra mensal da IACA, prevê-se uma quebra global na produção de alimentos compostos em torno de 1%, o que fica a dever-se a uma retração nos alimentos para suínos (-8%) e aves (-3%) e uma ligeira desaceleração nos alimentos para bovinos (-1%). Apenas em alta (4 a 5%), os alimentos para outros animais, em particular os pequenos ruminantes, devido ao impacto da seca, o que também aconteceu com os bovinos de carne.

Reflexo dos ajustamentos na pecuária, com uma redução de efetivos, adaptação ao consumo, e, naturalmente, o impacto dos elevados custos de produção, embora mais moderados que em 2022, a que se juntam ainda a seca, a gripe aviária e o aparecimento da DHE (Doença Hemorrágica Epizootica) nos bovinos e pequenos ruminantes, colocando em causa sobretudo a exportação de animais vivos.

Com as mesmas condicionantes, de mercado e de zoonoses (gripe aviária e peste suína africana), de acordo com a FEFAC, a produção industrial de alimentos para animais da UE-27, em 2023, deverá diminuir cerca de 2% (144,2 milhões de toneladas) em comparação com a produção do ano anterior de 145,8 milhões de toneladas.

A conjuntura europeia é tanto mais preocupante porque significa uma perda de mercado nos alimentos compostos de cerca de 7 milhões de tons em dois anos, que é praticamente impossível de recuperar, o que de algum modo, pelo abrandamento do consumo, também ajuda a explicar a tendência de preços mais moderados nos cereais (milho e trigo) face aos de 2022.

Os custos de produção, a incerteza económica, as políticas de bem-estar animal e economia verde, com as restrições ambientais, bem como a persistência esperada das doenças animais são claramente os principais motores do mercado para o ano de 2024.

Estes foram os principais aspetos que condicionaram o desempenho da nossa Indústria e da Fileira pecuária em geral, dos quais se destacam:

## 1.1. Aspetos Positivos

- **Resiliência:** tal como nos três anos anteriores, a resiliência, notável, demonstrada pela cadeia da alimentação animal e da produção pecuária; destaque ainda pelo papel das Vias de Solidariedade no abastecimento de matérias-primas provenientes da Ucrânia ao mercado europeu e designadamente a Portugal;
- **Assessoria:** o contacto permanente entre a IACA e os seus Associados, dando resposta às questões colocadas e acompanhando os constrangimentos e dificuldades reportadas pelas empresas;
- **Autoconhecimento:** a tomada de consciência das nossas fragilidades e insuficiências, designadamente, ao nível dos cereais e de outras matérias-primas relevantes para a alimentação humana e animal, discutindo-se a soberania alimentar em termos públicos; a SILOPOR e as infraestruturas portuárias estiveram, igualmente, na ordem do dia;
- **Investigação e Desenvolvimento:** os projetos preparados no quadro do [Laboratório Colaborativo FeedInov](#), bem como o envolvimento em projetos no âmbito do PRR e a aposta na inovação, investigação e conhecimento, para além da “Terra Futura”, com a estratégia para o horizonte 2030;
- **Disseminação:** a finalização do [Projeto SANAS](#), no âmbito do Alentejo 2020, e a promoção dos projetos em que estamos envolvidos, designadamente o InsectERA, FeedValue, HUbRam e Living Lab, diretamente ligados aos dossiers da economia circular, novas fontes de proteína e valorização de coprodutos, redução da resistência antimicrobiana e valorização dos efluentes pecuários;
- **Eventos:** a participação da IACA em inúmeras Conferências e eventos, nacionais e internacionais, bem como a sua presença nos media, com destaque para a soberania alimentar, abastecimento de cereais, infraestruturas portuárias ou a questão do IVA nos alimentos para *petfood*; a realização das XII Jornadas da Alimentação Animal centradas no tema da Sustentabilidade;
- **Carta de Sustentabilidade:** a monitorização da [Carta de Sustentabilidade 2030](#), bem como o [relatório de progresso de 2022](#), para além da apresentação, no XXX Congresso da FEFAC, de um documento sobre [Economia Circular e importância dos coprodutos](#);
- **Comunicação:** a continuada aposta na comunicação com artigos e posições da IACA em diversos órgãos de comunicação social, sobretudo de âmbito generalista, para além das publicações mais específicas do Setor;
- **Apoios:** os apoios ao setor agroalimentar e produção pecuária, pese embora tardios e insuficientes, destacando-se a prorrogação do IVA zero nos alimentos compostos para animais de criação; o IVA ZERO em 46 bens essenciais, lançado em 17 de abril, foi uma medida claramente positiva;

- **Recuperação:** o crescimento do turismo que atenuou a relativa redução da procura no mercado interno e a quebra das exportações, sobretudo no último trimestre.
- **Movimento Associativo:** a constituição, no seio da CIP, com o novo Presidente Armindo Monteiro, do Conselho Agroalimentar, a pressão para a realização de reuniões da PARCA, com estudos relativos ao funcionamento da cadeia de alguns produtos e do Observatório, bem como a realização da reunião do Fórum Derio, de futuro Fórum Ibérico (sistemas de garantia de qualidade), no âmbito da Reunião Geral da Indústria;

## 1.2. Aspetos Negativos

- **Guerras:** a invasão da Ucrânia pela Rússia, sem fim à vista, bem como o termo do acordo dos cereais do Mar Negro a partir de 17 de julho, e, no último trimestre, o conflito entre Israel e o Hamas, com impacto a nível global;
- **Abastecimento:** os sucessivos problemas relacionados com a SILOPOR, outras infraestruturas, a falta de armazenagem, atrasos de navios e sobrecustos, problemas de qualidade, que penalizam a Indústria nacional;
- **Preços:** A tendência para a quebra de preços nos produtos de origem animal, pese embora os menores custos de produção e o anunciado fim do IVA ZERO que irá penalizar os consumidores;
- **PSA:** a continuidade da existência de surtos de Peste Suína Africana, em particular no Leste Europeu, mas também com focos na Bélgica e o aparecimento de focos em javalis na Alemanha, com consequências negativas para o mercado da carne de suíno e o reforço das medidas de biossegurança em toda a Europa;
- **Gripe aviária:** a ocorrência de casos de gripe aviária em alguns países da União Europeia criando maior pressão sobre o modelo de produção pecuária;
- **Geopolítica:** as alterações geopolíticas após 24 de fevereiro de 2022, num mundo que tende a ser bipolar, com novas ameaças da China, para além da Rússia e do crescente movimento dos BRIC;
- **Inflação:** elevada inflação, sobretudo nos produtos alimentares e energia, bem como as taxas de juro que limitam a capacidade de investimento e de financiamento das empresas;
- **Biocombustíveis:** a incapacidade do Governo, designadamente do Ministério da Agricultura e Alimentação, em dar respostas às questões colocadas pela ACICO e pela IACA relativamente à política para os biocombustíveis;

- **Desinformação:** a continuada desinformação, sem qualquer base científica, quanto às consequências do consumo de leite, carnes vermelhas e de produtos transformados, na saúde dos consumidores, conjugado com o impacto da atividade pecuária no ambiente e nas alterações climáticas; os contínuos ataques ao Mundo Rural, sejam nas produções intensivas (azeite e olival, pecuária), no bem-estar animal ou no modelo existente em Portugal e que tem conduzido a aumentos de produções e na sua capacidade de exportação; as notícias em torno de dossiers como o glifosato, a desflorestação ou as Novas Técnicas Genómicas;
- **Instabilidade Política:** no segundo ano de uma legislatura de maioria absoluta, esta foi marcada por uma permanente instabilidade, com os famosos “casos e casinhos”, e a crescente perda de influência do Ministério da Agricultura e Alimentação para o Ambiente (e no conjunto do Governo) na alimentação animal e atividade pecuária, com a titular da pasta a ser objeto de grande contestação, existindo a ameaça de desmantelamento do Ministério da Agricultura;
- **Dificuldade de comunicação:** incapacidade dos diferentes operadores e Associações da Fileira e do Mundo Rural se entenderem e articularem, enquanto plataforma de defesa de posições e mensagens comuns, pese embora o lançamento de um Movimento impulsionado pela APIC;
- **Administração Pública:** a falta de quadros técnicos, meios humanos e financeiros, em serviços essenciais como a DGAV, que podem comprometer o normal funcionamento das cadeias de abastecimento e a segurança e higiene alimentar e as competências do Estado perante a União Europeia;

## 2. Ações previstas para 2024

Num cenário de grande instabilidade, a braços com uma crise social, económica e energética global, de tensões entre países e blocos, novos alinhamentos políticos ao nível da União Europeia e na cena internacional (China, Brasil, EUA, Argentina, BRIC?), com os receios de uma nova escalada nas guerras em curso (Ucrânia e Médio-Oriente) e a necessidade de apoios europeus para conter eventuais desequilíbrios e uma potencial desagregação política e social, que decorre das eleições legislativas em Portugal, mas, sobretudo das europeias e, sobretudo, das presidências nos EUA, perspetivar o ano de 2024 é extraordinariamente difícil, como se conclui das previsões macroeconómicas avançadas por diferentes instituições internacionais (FMI, Banco Mundial, BCE) ou nacionais (Conselho de Finanças Públicas ou Banco de Portugal).

Nesta perspetiva, considerando as [previsões do Banco de Portugal](#), mais conservadoras que as metas do Governo no Orçamento de Estado, depois de um PIB de 6,8% em 2022, o ano de 2023 poderá crescer 2,1%, prevendo-se uma desaceleração para 1,5% em 2024, só devendo recuperar para 2,1% em 2025, ainda assim superior à média da União Europeia. Na inflação, os 8,1% de 2022 passarão para 5,4% em 2023, esperando-se uma redução para 3,6% em 2024 e 2,1% em 2025. Nos produtos alimentares, as tendências apontam para uma diminuição da pressão inflacionista (dos 9,0% em 2023 para 4,8% em 2024 e 2,2% em 2025), enquanto a taxa de desemprego praticamente estabiliza em torno dos 6,5 a 6,9%, pese embora a mão-de-obra seja um sério problema para o setor.

Tendo em conta cenários de abrandamento económico nos mercados europeus e mundial, e em países relevantes como Espanha ou a Alemanha, esperando-se uma desaceleração das exportações, prevê-se um ano bastante complicado. Dossiers como a habitação, a saúde e educação podem tornar-se explosivos e a perda de poder de compra para inúmeras famílias, a braço com juros elevados e eventualmente com preços dos produtos alimentares em alta, tenderão a amplificar a crise, sendo completamente incerto o resultado das eleições em Portugal e na União Europeia, existindo sérios riscos para uma maior fragmentação e polarização.

Ainda que seja inevitável a continuidade da inflação e um forte abrandamento económico quer na Europa, quer a nível mundial, as taxas de juro em alta conduzem a outro tipo de problemas, sobretudo para um país como o nosso, fortemente endividado.

A evolução de eventuais crises sanitárias como a PSA ou a gripe aviária, restrições ambientais ou outras de natureza legislativa, constituem igualmente preocupações acrescidas.

## 2.1. Objetivos

Com a consciência de que 2024 vai ser mais um ano desafiante e complicado para a Fileira, em que vamos ter duas eleições, as legislativas em março e europeias em junho, os principais objetivos da IACA passam pela consolidação e reforço da atividade de representação da Indústria, a nível nacional e internacional, e na divulgação das nossas propostas para o exterior, **centrados nos seguintes eixos:**





**Comunicação:** reforçar e agilizar a ligação entre a IACA e os seus Associados, ao nível dos contactos directos (Grupos de Trabalho com técnicos das empresas associadas), para acompanhar dossiers relevantes para o Setor e preparar posições junto das autoridades nacionais e em Bruxelas), da informação disponibilizada (Informação Semanal, Revista “Alimentação Animal”, Anuário IACA, Newsletter, Notas de Conjuntura, INFO IACA, Circulares, o website) e na resolução de problemas que se colocam a cada empresa, com temas de atualidade.

Procuraremos abordar com mais frequência as empresas, percebendo melhor as dificuldades e constrangimentos com que se deparam, por forma a dirigirmos a nossa ação com maior eficácia, potenciando o envolvimento da IACA nos projetos de investigação e desenvolvimento, com a continuada aposta na comunicação, interna e externa, explorando cada vez mais os media generalistas, como foram os exemplos de entrevistas na televisão, rádio, ou artigos em meios como o Observador, Expresso, DN ou Público.

**Cooperação:** reforço da Cooperação com as autoridades oficiais, designadamente ao nível da Agricultura, Economia, Ambiente, Saúde, Infraestruturas e Emprego, principais áreas com impacto para o nosso Setor, com destaques para o GPP, DGADR, DGAV, APA, ICNF, IAPMEI e DGS. No quadro da investigação, desenvolvimento e inovação, continuarão a ser privilegiados os contactos com o INIAV e as Universidades (ISA, UTAD, FMV, ESA Santarém, ESA Coimbra, Universidade de Évora, Universidade do Porto), para fazer a ponte entre a investigação e as empresas, designadamente no quadro do FeedInov. A presença da IACA, enquanto representantes da FIPA em Comissões de Acompanhamento no quadro do Ministério da Agricultura, designadamente do PDR 2020 ou da PAC, ou ainda no Conselho Agroalimentar da FIPA, potenciam essa lógica de cooperação e articulação, procurando resolver ou mitigar os problemas/estrangulamentos da nossa Indústria.

**Articulação:** reforço da articulação entre a IACA e as organizações a montante e a jusante do nosso Setor, ao nível das associações agrícolas (ANPOC e ANPROMIS - de que é exemplo o Centro de Competências CEREALTECH), de comerciantes e importadores (ACICO), pecuárias (representantes dos setores das carnes, do leite e dos ovos), da FILPORC e da FIPA, consolidando a relação de Fileiras e criando um maior *lobby* e “*massa crítica*” junto das autoridades nacionais e internacionais na defesa dos interesses comuns: a defesa da sustentabilidade da produção nacional e do Mundo Rural, o equilíbrio no relacionamento com as cadeias de distribuição, a promoção da alimentação animal na Sociedade, da produção pecuária e do consumo de produtos de origem nacional, nos mercados interno e externo.

**Segurança Alimentar:** reforçar o controlo das matérias-primas importadas de Países Terceiros, com a continuada aposta no QUALIACA visando a sua consolidação no mercado, com os custos a serem suportados parcialmente pelos aderentes (o restante continuará a ser assumido pela Associação), como acontece desde 2019. O Projeto tem sido bem acolhido pela Indústria e pela Fileira da produção animal, visa o reforço da qualidade das matérias-primas, complementando o Plano de Controlo Oficial, e uma estratégia que permite potenciar uma melhor relação com os fornecedores, com maiores exigências contratuais. Com um certificado anual que é emitido aos aderentes pela DGAV e IACA, é um instrumento importante no processo de auditoria das empresas e na gestão/avaliação de riscos. Em 2024, as ações da IACA também se continuarão a centrar num outro eixo da segurança alimentar: o da disponibilidade de alimentos e o normal funcionamento da cadeia de abastecimento.

**Filiação:** tal como em 2023, pretendemos atrair mais empresas da Fileira, com a filiação de novas empresas e atividades no universo da alimentação animal – desde logo as empresas de *petfood*, mas também de alimentos compostos para animais de criação - na sequência da alteração dos Estatutos de 2016, que se confirmou nestes últimos sete anos, com a entrada de mais associados. Esta estratégia reforçará o peso e o papel da Instituição como parceiro e a sua capacidade de intervenção na Sociedade, nos próximos anos, preparando-a melhor para os desafios do futuro. O Projeto SANAS, os seus resultados, nomeadamente as respostas ao Questionário, confirmam este objetivo, de reconhecimento do papel da IACA.

**Relações Internacionais:** consolidar a imagem da IACA e as suas posições no plano internacional, em particular no quadro da FEFAC e da FoodDrinkEurope - potenciando a representação da Indústria em fóruns de interesse para o Setor e em Grupos Consultivos da Comissão Europeia (Grupos de Diálogo Civil), no Parlamento Europeu, e junto da opinião pública, através dos media e do meio académico e universitário, intervindo em Jornadas, *workshops*, Seminários e Conferências, promovendo os interesses dos associados, a inovação e o conhecimento, tal como tem acontecido nos últimos anos,

em que a IACA, para além da sua continuidade no *Board* da FEFAC, através do nosso Presidente Romão Braz, coordena Grupos de Trabalho relevantes.

## 2.2. Iniciativas Propostas

Para atingir estes objetivos, o Plano de Ação, que se reflete naturalmente na proposta de Orçamento para 2024, contempla um **conjunto de iniciativas**, das quais destacamos as seguintes:

### 2.2.1. Comunicação & Imagem

- Realização de eventos temáticos ao longo do ano, designadamente a Reunião Geral da Indústria e *workshops*, com o modelo de convites a representantes das autoridades oficiais que acompanham os diferentes dossiers, de forma a compreenderem melhor as posições e necessidades da Indústria e dos seus Associados.
- Face ao sucesso das edições anteriores, realizaremos, em colaboração com a SPMA, as XIII Jornadas de Alimentação Animal, uma iniciativa que já é uma referência e um ponto de encontro anual do Setor, celebrando igualmente os 30 anos de existência da SPMA.
- Presença da IACA nos fóruns nacionais e internacionais a que está diretamente ligada, designadamente, no âmbito da FIPA, GPP, DGAV, DGADR, APA, FEFAC, FoodDrinkEurope e Comissão Europeia (DG AGRI, DG SANTE, DG CLIMA, DG ENVI) e contactos ao nível da REPER, Parlamento Europeu e Comissão de Agricultura da Assembleia da República.

### 2.2.2. Cooperação & Conhecimento

- Com a Bélgica a assegurar a presidência da União Europeia no primeiro semestre e a Hungria no segundo, em plenas eleições para o Parlamento Europeu, daremos continuidade ao FeedMed, grupo de pressão constituído por IACA/EUROFAC/ASSALZOO/CESFAC, representando Portugal, França, Itália e Espanha, constituído em setembro de 2017 e perfeitamente consolidado. Recorde-se que o objetivo deste Grupo é defender em Bruxelas, nomeadamente no quadro da FEFAC, os interesses e especificidades dos países do Sul, face a pontos de vista, muitas vezes, divergentes dos blocos do Norte ou de Leste,

sobretudo tendo em conta o Pacto Ecológico Europeu, nomeadamente a Estratégia do “Prado ao Prato” e as suas metas mais relevantes, bem como os PEPAC, os alimentos medicamentosos, aditivos, Novas Técnicas Genómicas, ou as cadeias de abastecimento livres de desflorestação.

- Continuaremos a assegurar a vice-presidência do Comité “Produção Industrial de Alimentos Compostos” e a representação da Indústria europeia nos Grupos de Diálogo Civil “Culturas Arvenses”, “PAC”, e “Acordos Internacionais da Agricultura”, no quadro da DG AGRI/Comissão Europeia, bem como a coordenação do Grupo PARE (Política Agrícola e Relações Externas) da FIPA, com participação nos Comités da FoodDrinkEurope, em particular o da Competitividade.
- Para além da presença nos Comités específicos da FEFAC, incluindo a participação no Comité “Sustentabilidade”, a IACA continuará presente ao mais alto nível na estrutura dirigente da nossa organização europeia, num novo modelo de governação, para o qual muito contribuímos e que se iniciou a partir de junho de 2020, ano em que o Presidente da Direção assumiu um lugar no *Board*. Recorde-se que em 2023 foi eleito Pedro Cordero, em representação da CESFAC, para Presidente da FEFAC, num Mandato que decore entre 2023 e 2026;
- Criação de Grupos de Trabalho “*ad-hoc*” para a discussão de dossiers importantes para o futuro do Setor, designadamente, sobre a rotulagem verde ou *Green Labelling* ligados ao tema da pegada carbónica e ambiental e à sua medição através de ferramentas disponíveis, como é o caso do GFLI (*Global Feed LCA Institute*). De facto, este é um dos temas de maior destaque e pretende dar a conhecer de que forma as matérias-primas para alimentação animal poderão contribuir para a sustentabilidade ambiental. Em 2024, pretendemos realizar um *webinar* sobre um caso prático de utilização do GFLI.
- Relativamente aos Centros Antiveneno, continua a ser um tema “residente” da SPMA na medida em que, a partir de 1 de janeiro de 2024, irão passar a ser aplicados novos requisitos quanto às informações a transmitir pelos importadores e utilizadores a jusante que colocam misturas no mercado classificadas como perigosas devido aos seus efeitos na saúde ou aos seus efeitos físicos. À data da escrita do presente Plano de Ação ainda não existe informação sobre a plataforma de notificação obrigatória: se o CIAV ou se a ECHA. De resto, a presença constante nos Comités Nutrição Animal, e de Pré-misturas e de Gestão da Segurança Alimentar são fundamentais para o sucesso desta estratégia.
- Continuação da dinamização da CT 37 tendo em vista um melhor conhecimento da sua atividade e da importância para a credibilidade da alimentação animal, trazendo cada vez mais laboratórios a participar nesta Comissão Técnica.

### 2.2.3. Legislação

- No quadro da Contratação Coletiva de Trabalho, os CCT foram denunciados em 2020, não sendo expectável qualquer evolução em 2024, tendo em conta as recentes decisões do Governo. Continuaremos, no entanto, a analisar eventuais alternativas, em conjunto com as empresas associadas.
- Acompanhamento do processo legislativo relativo ao dossier das Novas Técnicas de Melhoramento de Plantas, denominadas como NGT (Novas Técnicas Genómicas), que, esperamos, depois da proposta da presidência espanhola e da recusa do Conselho Agrícola, poderão ter particulares desenvolvimentos em 2024, pelo menos na presidência belga, numa colaboração ativa com o CiB, ANSEME, ANIPLA, FIPA, e outras entidades.
- Acompanhamento do PEPAC, em que os regimes ecológicos têm um papel fundamental, bem como as propostas de negociação ou implementação de acordos comerciais, pugnando pela aplicação das mesmas regras que são impostas aos operadores da União Europeia. Participaremos, igualmente, em Portugal e em Bruxelas, na discussão sobre o Plano Europeu para a Proteína, na preparação da PAC pós-27, tendo em vista eventuais cenários de alargamento (Ucrânia e Moldávia) e a [Estratégia de Autonomia Aberta](#), lançada pela presidência espanhola.
- Acompanhamento da legislação sobre as cadeias livres de desflorestação no quadro do [Regulamento \(UE\) 2023/1115 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de maio de 2023](#), relativo à disponibilização no mercado da União e à exportação para fora da União de determinados produtos de base e produtos derivados associados à desflorestação e à degradação florestal e que revoga o Regulamento (UE) nº 995/2010 (EUDR na sigla europeia), numa altura em que são mais as interrogações que as certezas.
- Monitorização e acompanhamento do Regulamento sobre os Alimentos Medicamentosos, e colaboração no Programa “Uma Só Saúde”, quer para ajudar a atingir o grande objetivo de redução e/ou utilização prudente de antibióticos na alimentação animal, quer na promoção da receita veterinária eletrónica, na defesa da utilização dos alimentos medicamentosos como um serviço de inegável valor prestado aos clientes, mas igualmente como uma ferramenta eficaz no controlo e redução do consumo de medicamentos, como uma das medidas de combate ao problema da resistência antimicrobiana.

Recorde-se ainda sobre este tema que, em 2022, foi criado o “Grupo de Trabalho - Alimentos Medicamentosos”, tendo realizado reuniões com a participação de empresas associadas e da DGAV. Em 2023, demos continuidade a este trabalho e espera-se, em 2024, combinar todas as informações e dados, bem como reunir o consenso de todas as

entidades responsáveis por forma a criar uma plataforma eletrónica alternativa para a emissão de prescrições de receitas médico-veterinárias. A Comissão Europeia deverá adotar, em breve, novas regras sobre os limites máximos de resíduos de substâncias ativas antimicrobianas em alimentos não alvo que iremos acompanhar no próximo ano.

- Em 2023 foi realizado um curso de legislação aplicável ao setor da alimentação animal, em conjunto com a DGAV e FeedInov, existindo a possibilidade de se voltar a repetir em 2024, bem como a promoção de outras iniciativas, designadamente a ligação com as escolas.
- Acompanhamento da revisão da legislação sobre os vários temas relacionados com a alimentação animal em discussão na UE, nomeadamente o Regulamento sobre higiene nos alimentos para animais (Regulamento (CE) nº 1831/2003), o REFIT nos aditivos (Regulamento (CE) nº 1831/2003), com especial atenção às restrições de aditivos produzidos a partir de microrganismos geneticamente modificados, novos aditivos para alimentação animal e discussão novos grupo de aditivos (“melhoradores da condição de saúde” e com impacto positivo a nível ambiental).
- A revisão da legislação relativa às substâncias indesejáveis será acompanhada, a par e passo, pela IACA, nomeadamente ao nível das micotoxinas, dioxinas e PCBs, P-Fenetidina e Cravagem de centeio.
- Continuação da implementação da Visão 2030 para a Alimentação Animal e da Carta de Sustentabilidade 2030, com atenção no tema da desflorestação, aprovisionamento de soja responsável e economia circular.

#### **2.2.4. Inovação e Sustentabilidade**

- Presença da IACA no projeto InsectERA, que visa o conhecimento e disseminação de novas fontes de proteína para a alimentação animal (insetos), economia circular, e a utilização e valorização de coprodutos.
- Participação no projeto Living Lab e no projeto FeedValue, cujos objetivos operacionais passam por reduzir a pressão da atividade agrícola na utilização dos recursos naturais, bem como reduzir os custos de eliminação, transformando coprodutos em benefício.
- No projeto HubRAM, a IACA pretende, em colaboração com os outros parceiros, trabalhar no quadro da resistência antimicrobiana, tendo em vista a utilização responsável e a redução do consumo de antibióticos na produção animal.

### 3. Perspetivas e Desafios

Descritas as principais tarefas e objetivos para 2024, a Direção está consciente de que o primeiro ano deste novo Mandato vai ser ainda mais difícil e exigente que os anteriores, tendo em conta o contexto internacional e as incertezas que se colocam, no plano interno e externo, num cenário de inflação e taxas de juro ainda relativamente elevadas, estagnação e perda de poder de compra das famílias, com potencial quebra de consumo nos produtos de origem animal.

Estaremos atentos às dificuldades e aos desafios que têm caracterizado a evolução da indústria de alimentos compostos para animais e os que estão bem presentes na próxima década, numa agenda mais verde e digital, uma aposta no desenvolvimento sustentável e no combate às alterações climáticas, em que os dossiers como a saúde e bem-estar animal, ambiente, redução das emissões de GEE na pecuária, disponibilidade de proteína, segurança alimentar (cada vez mais focada na disponibilidade de alimentos) e resistência antimicrobiana são essenciais para uma imagem mais favorável do setor na opinião pública e junto dos decisores políticos, à luz de uma sociedade civil com interesses que nunca foram tão contraditórios como hoje.

Quer pelos constrangimentos ao nível da produção, pelo impacto ambiental, quer pelo consumo, ao nível das dietas e consequências na saúde, sabemos que vão continuar os ataques aos produtos de origem animal, com impacto negativo na Fileira pecuária e desde logo na nossa atividade.

No entanto, as questões energéticas decorrentes dos preços dos fertilizantes, gás e eletricidade, trazidas pelo conflito na Ucrânia e a dependência da Europa em fontes alternativas, também abrem perspetivas e oportunidades para a pecuária, por exemplo, ao nível da gestão dos efluentes, já para não falar dos serviços prestados aos ecossistemas.

Nesta perspetiva, a Direção da IACA está plenamente consciente das dificuldades e das exigências, mantendo como principal objetivo a aposta contínua e reforçada nas parcerias, no conhecimento científico e técnico e na dinâmica da nossa Organização, alargando a sua base de apoio e capacidade de intervenção, quer na Fileira, quer junto dos responsáveis políticos, Administração Pública e do público em geral, sobretudo com os mais jovens.

Tal como sempre, no plano nacional e internacional, com a consciência de que temos de atuar em conjunto e de forma integrada, numa estratégia proativa, **agir e não reagir, com a certeza de que o futuro depende, em grande parte, de nós próprios.**

Pela sua história e experiência de mais de 50 anos, pela constante capacidade de nos adaptarmos às diferentes realidades que foram surgindo e pela relação com as empresas, bem vincada nestes três anos de enormes desafios, pela resiliência dos nossos Associados, demonstrámos que somos uma Associação com visibilidade, credível e respeitada, quer pelos nossos parceiros, quer pelas autoridades, seja em Portugal ou no quadro internacional, sobretudo na União Europeia, no Brasil ou nos EUA, com quem temos excelentes relações institucionais, nomeadamente através da USSEC (soja) e do USGC (cereais).

A consolidação e continuada aposta no FeedInov e a interação com os seus diferentes parceiros, tendo em vista dispormos de dados credíveis e conhecimento para defendermos posições com bases científicas, representa mais uma etapa na adaptação aos novos tempos, enquanto parceiros de confiança e acrescentando valor na cadeia alimentar.

A Carta de Sustentabilidade 2030 e os compromissos que assumimos, definem igualmente um nível de ambição de que não podemos abdicar.

Neste quadro de incerteza global, de grande instabilidade e volatilidade, para além da consolidação dos Projetos estruturantes (Alargamento, QUALIACA, FeedInov), e aposta continuada na Comunicação, Formação e Informação, o que continuamos a garantir aos nossos Associados é ambição e vontade, de fazer mais e melhor, com coerência e espírito de Missão, tendo em vista a coesão da Indústria e a sustentabilidade da IACA, como grandes orientações estratégicas no médio e longo prazo.

A Agenda 2030 e o reconhecimento da parte dos decisores de que a Alimentação Animal é hoje parte da solução, representa uma responsabilidade acrescida e um nível de exigência que temos de manter perante os desafios da Sociedade, que também nos abrem novas oportunidades que temos de saber construir.

Como sempre, na defesa dos legítimos interesses dos nossos Associados.

Lisboa, 12 de janeiro de 2024



## A DIREÇÃO

(aa)	José Romão Leite Braz	- Presidente
	António José M. Saraiva Landeiro Isidoro	- Vogal
	Avelino da Mota Francisco Gaspar	- Vogal
	António Queirós Santana	- Vogal
	Ulisses Manuel de Assis Mota	- Vogal
	Davide Miguel Tereso Vicente	- Vogal
	João Vieira Barreto	- Vogal